

Desenvolvimento Regional e Agroecologia no Rio Grande do Sul/Brasil

Iran Carlos Lovis Trentin¹, iran.trentin@pq.cnpq.br

RESUMO

A proposição central deste artigo é discutir, o problema das desigualdades em suas dimensões de maior visibilidade, a regional e rural no Rio Grande do Sul. Discutir alguns conceitos de desenvolvimento regional, e fórmulas criadas e estruturadas para combater essas disparidades, e também a participação da sociedade a partir da criação dos Coredes como facilitador na superação do subdesenvolvimento regional. Além disso, elencar informações sobre as transformações rurais destas regiões nas últimas décadas, especialmente quanto às novas migrações, a contaminação dos ambientes e a insegurança alimentar. Por fim, apresentar uma discussão, talvez um pouco mais ambiciosa sobre a agroecologia, no sentido de propor formas alternativas de intervenção nestas regiões rurais, com o objetivo de mitigar as disparidades e reduzi-las estruturalmente num prazo razoável.

Palavras Chaves: Agroecologia; Desenvolvimento Regional; Políticas Públicas; Pobreza.

Regional Development and Agroecology in Rio Grande do Sul / Brazil.

ABSTRACT

The central proposition of this article is to discuss the problem of inequalities in their most visible dimensions, regional and local and urban and rural Rio Grande of Sul. Discuss some regional development concepts, and created and structured formulas to combat these disparities and also the participation of society through the creation of Coredes as a facilitator in overcoming regional underdevelopment. In addition, some comments about rural transformation in these regions in recent decades, especially as the new migration, pollution of the environment and food insecurity. Finally, present a discussion, maybe a little more ambitious on agroecology, to imagine alternative forms of intervention in these rural areas in order to mitigate disparities and reduce them structurally in good time.

Keywords: Agroecology; Regional Development; Public Policies; Poverty.

Recibido el 2 de marzo de 2015, aceptado el 5 de julio de 2015.

¹ Universidad de Antioquia, Socla-Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología, Rua Trento, 01, CEP 98355-970. Trentin/RS, Brasil.

INTRODUÇÃO

A partir de 2011 o Brasil tornou-se a sexta maior economia do globo, mas continua sendo um dos países mais desiguais do mundo, tanto em termos socioeconômicos como regionais. Na questão regional, ainda vivemos em uma situação na qual, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2010) a macro Região Nordeste concentra 28% da população brasileira, mas responde por apenas 13% do Produto Interno Bruto. O PIB per capita desta região é menor que a metade da média nacional e quatro vezes menor que o de São Paulo. Já o PIB per capita do DF (Brasília) é 8,6 vezes maior do que o do Piauí. Como consequência, o Nordeste concentrava 53% dos analfabetos e 59,1% da população extremamente pobre do País em 2010.

Mas as desigualdades regionais no Brasil não se revelam apenas no Nordeste e Norte e nem apenas na escala macrorregional, e também enquanto local de residência se urbano ou rural, mesmo que a proporção de pobres é maior nas áreas rurais de todo o Brasil. Mesmo que, nas regiões Nordeste e Norte, se concentram a maior parte dos espaços deprimidos socioeconomicamente do Brasil. Em locais como o Vale do Ribeira, em São Paulo, em partes da metade Sul do Rio Grande do Sul, no norte de Minas Gerais, em vastas regiões na faixa de fronteira e em inúmeras outras sub-regiões do País, os indicadores socioeconômicos encontram-se significativamente abaixo da média nacional por qualquer critério considerado, e especialmente quanto à segurança alimentar das famílias.

Os desequilíbrios regionais e socioeconômicos provocam consequências negativas para o desenvolvimento de qualquer país. E dentre suas principais características podemos destacar os seguintes:

- Muitos cidadãos brasileiros são punidos simplesmente por terem nascidos em

determinadas regiões. Pois os que nascem nas regiões menos dinâmicas terão suas chances de crescimento pessoal e profissional profundamente limitadas em razão do baixo acesso à educação, à saúde, à moradia, ao transporte, à alimentação saudável, ao emprego de qualidade e a toda uma gama de serviços e oportunidades.

- As desigualdades induzem uma movimentação populacional em direção aos espaços mais dinâmicos, especialmente de jovens e mulheres, agravando o fenômeno da megametropolização com todas as suas consequências de favelização, pobreza e violência, amplamente difundidas nos últimos anos.
- E, principalmente no Brasil deixa-se de aproveitar grande parte do seu potencial produtivo, por falta de qualificação da mão de obra em funções mais específicas e de acesso aos empregos com melhor remuneração, por exemplo, que poderiam gerar renda e qualidade de vida em diferentes rincões.

A partir da redemocratização do Brasil e da Constituição de 1988, iniciou-se um importante consenso no País em torno da necessidade de se enfrentar outra grande dívida histórica, que são as nossas desigualdades regionais e sociais. Esse consenso se traduziu em um conjunto de políticas e instrumentos concretos, e se materializou numa forte ampliação dos gastos sociais no PIB brasileiro, onde o valor passou de 11,24% do PIB, em 1995, a 15,54%, segundo o INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA, 2010), isso representa um aumento de 172% em 16 anos. Esse aumento não ocorreu apenas no âmbito federal, mas em todas as esferas de governo. A partir de 2003, as políticas se intensificam e, combinadas com políticas macroeconômicas de redução de juros e expansão do crédito, além de um grande pacote de investimentos em infraestrutura

por meio do PAC, Programa de aceleração do Crescimento do Governo Nacional, tem animado a economia, possibilitando um novo ciclo de crescimento. Pela primeira vez na história do País, a curva de crescimento do PIB passa a ter um movimento inverso ao do índice de Gini, que mede a concentração de renda, combinando crescimento com redução das desigualdades. Historicamente no Brasil, vinha ocorrendo o contrário, com o dinamismo econômico convivendo com agravamento da concentração de renda e em regiões determinadas. Essa inversão representa uma mudança notável e histórica no padrão de desenvolvimento brasileiro, mas muito ainda deve ser feito para combater as desigualdades regionais em todos os Estados do país.

O Brasil ainda possui grande número de pobres² e dentre esse a proporção é maior no rural. Mesmo com os resultados de todo esse esforço, o percentual de brasileiros vivendo na pobreza extrema caiu de 22,6% em 1995 para 3,5% em 2012 e, entre 2002 e 2012, o índice de Gini caiu de 0,59 para 0,53. Mesmo saindo da pobreza nestes mesmos anos, 23 milhões de pessoas permanecem, ainda, 17 milhões de brasileiros em pobreza extrema. A queda em ambos os indicadores foi proporcionalmente maior nas regiões menos desenvolvidas, onde tem sido, também, maior o impulso econômico gerado, especialmente pelas políticas de transferência de renda as quais fazem com que o consumo popular tem uma representatividade mais ampla naquelas economias mas debilitadas. E, principalmente, pelo desenvolvimento de políticas públicas específicas que agora beneficiam esses brasileiros de regiões mais deprimidas como o Brasil Sem Miséria, o PRONAF, PROUNI e Pronatec³, por

² IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), considera pobres as pessoas que vivem com menos de um dólar/dia/per capitam, mesmo critério da FAO-ONU.

³ Brasil Sem Miséria é o programa que substituiu o Bolsa Família no Governo Dilma, e visa o repasse mensal de recursos, conhecidos como políticas compensatórias

exemplo. Assim, na última década, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram crescimento superior à média nacional, o que resultou numa pequena redução das desigualdades macrorregionais no período (PNUD 2013).

Mas, a melhoria da qualidade de vida nestas regiões não se sustenta se não for acompanhado de uma desconcentração regional mais efetiva de sua capacidade produtiva, tanto urbana quanto rural. O crescimento recente provocado por um aumento considerado de demanda por alimentos e bens duráveis não é sustentável, caso não seja acompanhado e promovido por uma expansão da oferta, que supõe a ampliação e reestruturação do parque produtivo e da agropecuária dessas regiões. Pois, ainda permanecem problemas de logísticas grandes, como por exemplo, a maioria da demanda gerada nas regiões mais pobres e longínquas, ainda hoje, é abastecidas pela economia do Sudeste, num processo de transferência de renda que limita a capacidade de acumulação local e, conseqüentemente, sua capacidade de gerar empregos na quantidade e qualidade necessárias para sair da condição de desigualdade.

Segundo o MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (2012) as mudanças para o combate as desigualdades

para as famílias em situação de pobreza, manterem os filhos na escola e com as vacinas em dia.

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1996, e que visa o financiamento público com juros baratos para atividades produtivas rurais.

PROUNI: Programa Universidade para todos, que oferece bolsas de estudos para estudantes pobres poderem frequentar a universidade.

PRONATEC: Programa Nacional de Ensino Tecnológico, que visa oferecer cursos técnicos nas áreas de interesse do país, para jovens carentes.

regionais estão em marcha há muitas décadas no Brasil e de forma sucinta, a seguir destacamos algumas fases da história da política regional brasileira.

Desde o século XIX o Brasil buscou de instrumentos e ações para alavancar o desenvolvimento das regiões mais atrasadas no País, em razão das graves crises sociais provocadas pelas secas periódicas no Nordeste e da preocupação com a ocupação e o controle político da Amazônia, por exemplo. Em 1904, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) e, em 1912, a Superintendência de Defesa da Borracha na Amazônia.

No período de 1939-1958 houve uma baixa expressão de política específica para a redução das desigualdades regionais e foco das ações governamentais concentrou-se na ocupação do território, Marcha para o Oeste, Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criação de vários territórios federais, e no combate à seca no Nordeste, criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Plano de Defesa Contra os Efeitos da Seca.

A preocupação com as regiões mais subdesenvolvidas já estava presente na Constituição de 1946, onde, já estipulou que parte da receita da União deveria ser destinada a investimentos no Nordeste e Norte. Cria-se o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952, para financiar projetos produtivos de desenvolvimento nessa região.

Outra etapa importante foi de 1956-1980, onde vigorava a égide do Projeto Nacional Desenvolvimentista, neste período tem início as políticas de desenvolvimento regional, baseadas no financiamento ao setor produtivo, incentivos e renúncias fiscais. Criam-se a Sudene, Sudam, Sudesul entre outras agências públicas. Esse período coincide com a introdução e intensificação do modelo de produção agropecuário conhecido como Revolução Verde que

provocou profundas alterações nos ecossistemas naturais e nas comunidades rurais.

Já entre 1980-1995, com o agravamento da crise fiscal financeira do Estado, as políticas de planejamento em geral e as de desenvolvimento regional em particular são abandonadas pelo Governo Federal. E principalmente o processo de desconcentração industrial é interrompido, e percebem-se tendências de reconcentração em todos os setores, conforme o IBGE (2000), nestes 15 anos as tradicionais áreas industriais do país concentraram 90% dos investimentos disponibilizados. Assim, com ausência de políticas nacionais e com a maior autonomia fiscal, os Estados Federados implantam políticas de atração de investimentos com base em incentivos no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), desencadeando a hoje conhecida e muito discutida “Guerra Fiscal” entre Estados na atração e permanência de investimentos.

No período de 1996-2010, ocorreu no Brasil um processo, mesmo que lento, da retomada da importância do planejamento e das políticas de base territorial e regional. Na segunda metade dos anos 1990, formulase a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e a política dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento e Integração, mesmo período que por forte pressão dos movimentos sociais do campo se organiza o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), como programa e depois como política pública de promoção da agricultura famílias com créditos subsidiados.

Neste período no Brasil proliferam diversas formas e experiências de desenvolvimento territorial local, como DELIS, Consórcios Municipais, Comitês de Bacia, Territórios Rurais e da Cidadania e APLs, conselhos regionais, entre outros. Mesmo com todas essas iniciativas continua a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento

regional. E em muitos locais neste período, percebe-se o surgimento de ilhas de dinamismo em algumas regiões menos desenvolvidas, onde avança uma desconcentração fragmentada do desenvolvimento.

De acordo com XAVIER *et al.* (2014), até 2003, a política dos eixos assume uma visão de competitividade a partir de territórios vencedores, buscando maior integração internacional, favorecendo a fragmentação. Caso da Ford no Rio Grande do Sul que mesmo estando certa sua instalação migra para a Bahia que ofereceu maiores incentivos. Já de 2003-2012, o esforço do governo Federal se volta para construção de políticas nacionais que apontam na direção de um novo projeto nacional de desenvolvimento. E no campo regional, é formulada a PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional), apontando para uma política mais integradora.

Deste modo, uma boa política de desenvolvimento deverá levar em conta, vários princípios dentre os quais podemos citar pelo menos os seguintes componentes:

- Não deve prever planejamento centralizado e intervenções públicas de cima para baixo, pois com o processo de descentralização político-administrativa, verificado desde o início dos anos 1980, o planejamento centralizado para gerar estratégias e políticas de desenvolvimento a serem implantadas de cima para baixo não se sustenta no tempo e no espaço regional. Pois com tantos conselhos e colegiados regionais, atores antes reduzidos ao Estado Central passaram a compartilhar suas decisões com atores mais próximos dos territórios como: os estados, os municípios e as organizações não governamentais, por exemplo.
- Neste período de globalização e emergência da Economia do Conhecimento ou Economia do Aprendizado, a economia mundial

vive um processo de transição para um paradigma de produção flexível de bens diferenciados, no qual a informação e o aprendizado passam a desempenhar um novo e estratégico papel, caracterizando o que vários autores chamam de economia do conhecimento. Nessa situação, são necessários grandes investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação, para que essas possam criativamente favorecer às condições e aos potenciais regionais, e serem eixos estruturantes do esforço de acelerar o desenvolvimento das regiões mais empobrecidas.

- Desenvolvimento com sustentabilidade: é cada dia mais certo que a maioria da sociedade não aceita mais um modelo de crescimento de exploração indiscriminada de recursos naturais que comprometa o planeta para as gerações futuras, não havendo mais lugar para elaboração de políticas de desenvolvimento sem que se considerem simultaneamente a sustentabilidade social e ambiental. No meio rural isso está muito presente, pois, é nesse espaço que a maioria das atividades que podem desequilibrar se realizam, como exemplo, produção altamente dependente de insumos químicos de síntese e uso intensivo de agrotóxicos, atividades de mineração, pecuária intensiva, deflorestação e perda da biodiversidade, entre tantas outras.
- Considerar os efeitos externos, como a expansão de economias emergentes, que geram através de suas políticas de exportação um quadro geopolítico crescentemente multipolar, e com isso podem diminuir a organização de economias nacionais através de escalas de produção gigantescas, baixos salários, câmbio subvalorizado e crescentes investimentos em qualidade e P&D. Como exemplo, as exportações industriais da China provocam no Brasil e em muitos países, o esvaziamento e o deslocamento de vários setores,

cadeias produtivas e sistemas produtivos locais e geram um aumento na dependência ao mercado chinês e uma forte pressão no sentido de uma especialização regressiva da produção industrial brasileira, bem como numa primarização da pauta de exportações do País. Nas últimas décadas se percebe claramente que nossas exportações de produtos primários, entre eles soja, milho, café, carne e minérios aumentam em proporções gigantescas em detrimento de importações de produtos industrializados de baixa qualidade.

Esse modelo de produção especialmente no espaço rural provoca fortes desequilíbrios regionais. Em todo o Brasil e no Rio Grande do Sul se percebem ilhas de prosperidade do agronegócio, mas numa linguagem geográfica, podemos afirmar que no interior dessas ilhas estão muitas rochas, que são as unidades empobrecidas. Deste modo, mesmo numa região, onde os índices médios de desenvolvimento aparecem altos, figuram brasileiros muito pobres (TRENTIN 2014).

Há uma tendência de aumento da produção de commodities agropecuárias no mundo todo, quer sejam para a produção de biocombustíveis ou para a alimentação de *fast food* por exemplo. A dieta alimentar de 70% da população mundial mudou muito a partir da Revolução Verde, e com isso os hábitos alimentares também foram reduzidos. Hoje, cerca de 70% da população mundial come meia dúzia dos mesmos produtos em qualquer parte do globo. Perdeu-se com isso milhares de variedades de alimentos, como exemplo, das mais de 1.500 variedades de arroz na Indonésia dos anos 1960, hoje são cultivadas apenas 10. O que faz com que a insegurança alimentar se acentua a cada ano tanto nos países ricos em termos de qualidade, quanto nos países pobres em termos de quantidade. (NICHOLLS & ALTIERI 2002).

Outra questão importante é o aumento da demanda nestes últimos anos que são de 10% a mais no milho e soja por exemplo e, conseqüentemente, dos preços relativos das *commodities*, com a inclusão de milhões de novos consumidores nas economias locais e mundial, representando uma grande oportunidade para o Brasil, que possui condições excepcionais para atender esta crescente demanda, em função de sua disponibilidade de áreas agricultáveis, fontes energéticas e minerais, capacidade empresarial e tecnologia. Numa análise fria da situação onde só se percebe a capacidade de aumento da produção, sem considerarmos os custos ambientais, por exemplo, o Brasil possui os recursos em abundância para o aumento da produtividade, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País. Isso, considerando apenas aumento da renda, pode representar uma oportunidade de se avançar na redução das desigualdades espaciais (IBGE 2014).

A incorporação de novos consumidores a cada ano no Brasil a partir das políticas sociais compensatórias dos últimos anos, também são uma oportunidade para o desenvolvimento de ações nas regiões mais pobres. O perfil da demanda da sociedade vem mudando consideravelmente com a incorporação de novas camadas sociais com maior poder aquisitivo médio, implicando um redesenho regional do mapa de consumo, e criando novos nichos para a exportação de produtos industrializados de qualidade.

Os programas e políticas de desenvolvimento regional devem considerar além dos fatores já elencados e, principalmente, considerar os atores internos e externos, para que possam atingir os efeitos desejados. As desigualdades regionais se combatem com apoio externo e com participação interna, sem essas duas variáveis tendem a serem ineficazes.

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Não se pode pensar em desenvolvimento regional, sem pensar na participação da sociedade local em todas as fases, desde o planejamento contínuo na ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento. O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, social e cidadã.

O desenvolvimento não pode ser reduzido à ideia de crescimento, ou seja, incrementos positivos no produto e na renda, mas como força capaz de satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, entre elas, saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras e todas com qualidade, pois uma coisa é ter acesso a alimentação em quantidade por exemplo, outra é acesso a alimentação de qualidade e saudável.

Vários autores entre eles STHOR & TAYLOR (1981, em OLIVEIRA 2002), afirmam que o desenvolvimento deve vir acompanhado da participação da sociedade diretamente envolvida. Eles utilizam a expressão do paradigma desde abaixo para cima, que deve ser compreendido com uso de substituição do princípio de máxima rentabilidade, pelo de mobilização integral de recursos; intercâmbio de produtos; formas específicas de organização social e econômica, como desenvolvimento rural e de comunidades com uso de tecnologias sustentáveis e com organização regional e local e principalmente com metas sociais amplas de motivação endógena.

Dentro dessa perspectiva, STHOR & TAYLOR (1981), citados no trabalho de LIMA ANDRADE (1997 em OLIVEIRA 2002), levantam algumas hipóteses essenciais que devem nortear o paradigma do desenvolvimento desde baixo, entre elas: as disparidades regionais são consequências negativas de uma integração econômica de

grande escala, executadas sem o devido planejamento e participação social; o conceito de desenvolvimento não deve subordinar-se a pressões de curto prazo de um mecanismo de mercado, ou de influências externas, devendo obedecer às especificidades locais de natureza cultural e institucional. O impulso da formulação e execução do desenvolvimento deve ser originado nas respectivas comunidades, descartando a ideia de que as comunidades de pequena escala só podem atingir o desenvolvimento por intermédio de outras regiões de maior nível de crescimento.

Assim, o desenvolvimento aponta a necessidade de políticas macroeconômicas, para o aproveitamento pleno dos recursos, humanos, ambientais e institucionais de cada região considerando sua escala e seu período de atuação.

Outros autores importantes que trabalham as noções de ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, entre eles SACHS (1986) e CAPRA (1996), afirmam que, as estratégias de transição para o desenvolvimento no século XXI, para serem eficazes, devem estar balizadas pelas cinco dimensões do ecodesenvolvimento, sendo: sustentabilidade ambiental, econômica, ecológica, espacial e cultural.

Dentre essas, destaca-se: na sustentabilidade espacial, equilíbrio rural-urbano de uma região, onde se deve evitar os impactos negativos da hiperurbanização de determinados espaços (BERGAMASCO *et al.* 1995 em BANDEIRA, 2007), priorizando novas formas de ocupação e convivência, baseadas no uso sustentável de recursos renováveis e finitos.

Já BOISIER (1989, p. 601) sugere que para entender o processo de desenvolvimento regional deve-se dar uma atenção... “a um conjunto de elementos que contribuem para o planejamento do desenvolvimento regional, em termos de sistemas de organização econômica e de estilos de

desenvolvimento”. O mesmo autor afirma que em longo prazo, o desenvolvimento de uma região pode ser explicado como resultado da interação de três forças: alocação de recursos, política econômica e ativação social. Essas forças mantêm relação de interdependência recíproca, ou seja, mantêm relações de retroalimentação e com isso tendem a serem eficazes.

Quanto à participação nos processos de desenvolvimento regional, isso depende da capacidade de uma sociedade de criar um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais que possam facilitar o crescimento desencadeado pelas forças exógenas e atingir o pleno desenvolvimento sustentável. Isso tudo está ligado ao aumento da autonomia de decisão da região, ao aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente gerado pelo processo de crescimento, a uma permanente e crescente melhora social (qualidade de vida) e principalmente, à preservação e recuperação do meio ambiente regional.

Deste modo, o recorte regional (regionalização) ganha importância para a análise e à implementação das políticas públicas de combate as desigualdades, pois permitem, nas palavras de CUNHA (2000, em OLIVEIRA, 2002), desnudar o exercício do poder por diferentes atores e agentes, que atuam a partir de heranças culturais e configurações políticas e econômicas próprias de uma determinada região.

A regionalização possui vinculação direta com a geopolítica, compreendida neste artigo como fundamentos da geografia política, ou uma ciência de organismo político no espaço. Assim, a geopolítica se converte em uma arte, arte de guiar a política prática em um determinado espaço (MATTOS 1975, em OLIVEIRA 2002).

Ela é uma modalidade da ciência geográfica que busca entender as relações de reciprocidade entre o poder político

e o espaço geográfico, orientando as ações dos governos no cenário local, regional e internacional.

Já para BECKER & BANDEIRA (2003), a geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios. Para SORMANI (1977, p. 17 in BECKER 2003), a “região é, pois, forma e conteúdo”. E de forma integral, um conjunto orgânico de relações sociais e uma porção do espaço construído e utilizado pela sociedade humana que o ocupa. Possui uma base ou estrutura econômica e também uma superestrutura própria com seus níveis de interatividade. Pois é impossível separar o conteúdo social da região de sua forma material evidenciada pelas consequências da ocupação humana deste território.

Deste modo procurando desenvolver de forma mais harmônica possível às regiões em especial aquelas com grandes contingentes de pobreza rural se faz necessário a adoção de modelos de agricultura sustentável como a agroecologia que pode mesmo em pequenas áreas garantir qualidade de vida as famílias rurais, principalmente no Rio Grande do Sul, Estado com grande contingente de agricultores familiares.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste artigo realizamos uma ampla revisão bibliográfica entre os autores nacionais e internacionais que discutem os desequilíbrios regionais, as políticas públicas, a agricultura familiar, o desenvolvimento rural, a agroecologia, a segurança e soberania alimentar, entre outros temas. Também, estudamos experiências consolidadas sobre a agroecologia como promotora de qualidade de vida para as regiões rurais pobres com os agricultores, lideranças e técnicos que trabalham a mais de vinte anos no Rio Grande do Sul, Brasil.

Assim, com a análise quantitativa (análises dos dados secundários), a partir das quais se torna possível mapear e compreender fatos e acontecimentos que marcaram o processo sócio-político e institucional ao longo das últimas duas décadas, e da análise qualitativa (entrevistas), nos permitiram fazer uma observação minuciosa dos dados e informações levantados no decorrer do desenvolvimento deste artigo.

O trabalho de campo envolveu fundamentalmente dois momentos. Primeiramente realizamos o levantamento e análise de dados estatísticos e documentais, coletados em organizações e instituições públicas, como: o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE), EMATER Estadual e de seus escritórios Municípios. Com esses dados podemos analisar o comportamento do processo de desenvolvimento econômico e social das últimas décadas no Vale do Rio Uruguai, onde aplicamos os seguintes questionários: cinco com as equipes dos escritórios municipais da EMATER, dez com famílias de agricultores que acessam políticas públicas de desenvolvimento regional e cinco com lideranças comunitárias e políticas locais/regionais. Os perfis das famílias entrevistadas foram: três famílias jovens, três famílias mais idosas, e quatro que estão em situação de pobreza rural ou são assalariados rurais. A escolha da região se deu a partir do IDESE (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) do Estado do Rio Grande do Sul, que apontam essa região como uma com maior presença de agricultores familiares e com altos índices de pobreza rural.

Nosso objetivo principal foi analisar como aconteceu o processo de desenvolvimento regional nestas duas últimas décadas e se promoveram a qualidade de vida e a agroecologia no Rio Grande do Sul, assim,

dividimos nossa pesquisa em três objetivos específicos, a saber: (I) identificar como se deu o processo de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul; (II) perceber os danos sociais, ambientais e econômicos provocados pelos equívocos destas políticas *públicas* de desenvolvimento regional; (III) e, analisar a partir dos dados de campo as possíveis alternativas para o desenvolvimento e promoção da agroecologia como modelo de superação dos desequilíbrios regionais no Rio Grande do Sul e Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES.

As Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul.

A adoção de políticas para mitigar as desigualdades deve ter como objetivo principal a redução da pobreza associada à redução das desigualdades em todas as suas dimensões, e não só a redução da pobreza com manutenção e aumento das desigualdades como se tem observado em várias partes do mundo, e principalmente em muitos programas ou políticas de combate à pobreza no Brasil, por exemplo.

A formação de desequilíbrios regionais é própria do desenvolvimento do sistema capitalista, pois algumas regiões ou setores crescem em detrimento da produção gerada em outras. E essas disparidades podem fazer com que algumas economias cresçam abaixo das suas capacidades potenciais pela transferência de renda e pelos problemas socioambientais gerados, por exemplo.

No caso específico do Rio Grande do Sul, podemos perceber claramente essas disparidades, pois é considerado um estado desenvolvido, mas que apresenta regiões com potencial produtivo e socialmente atrasadas, especialmente nas áreas rurais onde muitas famílias não dispõem de terra produtiva e nem de equipamentos em quantidades satisfatórias. E essa condição

de estado desenvolvido encobre o caráter desigual da sociedade gaúcha.

No Rio Grande do Sul, muitos pesquisadores trabalharam a temática do desenvolvimento regional entre eles destacam-se, ALONSO (1984), BANDEIRA (1990), BENETTI (1994), STÜLP & FOCHEZATTO (2004), AMARAL (2005), CÁRIO (2005), BECKER (2005, em TRENTIN 2014), e nas questões rurais, SCHNEIDER *et al.* (2010).

Segundo esses mesmos pesquisadores, até a década de 1940, as questões do subdesenvolvimento das diferentes regiões gaúchas eram pouco discutidas. Isso começou a modificar-se a partir da década de 1990 quando foi elaborada a nova Constituição Estadual que determinava, entre outras coisas a criação de mecanismos de participação social e regional para amenizar as desigualdades no Estado.

Criam-se a partir desses vários mecanismos municipais (leia-se conselhos municipais de saúde, educação, desenvolvimento rural) e os Coredes como Conselhos Regionais de Desenvolvimento, mas muitos desses permanecem, até o momento, na fase dos discursos e poucas atividades práticas. Muitos desses conselhos ainda parecem não terem clareza sobre o que fazer ou como encaminhar ações concretas para a redução das disparidades regionais.

Outra questão relevante na análise das disparidades regionais é a escala, pois quanto maior uma região a ser analisada, aumenta o uso de variáveis e as respostas podem não serem muito precisas, como exemplo se analisarmos dados das macrorregiões gaúchas como simplesmente Metade Norte e Metade Sul. Em contrapartida quando se analisa unidades menores como, por exemplo, municípios ou Coredes os dados podem ser bem mais precisos e as respostas muito mais significativas na compreensão da permanência das desigualdades.

A contribuição econômica das macrorregiões gaúchas no PIB estadual tem se invertido substancialmente a partir dos anos 1940. A região sul gaúcha ou metade sul vem perdendo lugar para o crescimento das regiões norte e nordeste ou Metade Norte. Pois nessa, desde o início da colonização, a formação social, a distribuição de propriedades e de renda foram mais democráticas que no sul agropastoril. A distribuição mais equânime, mesmo que por venda de lotes de terra na metade norte, abriga um maior contingente populacional espalhado pelos espaços rurais, criando um mercado interno regional mais vigoroso. Esse contingente populacional vai aos poucos formando cidades regionais que também atraem novas indústrias e infraestrutura e o dinamismo econômico vai aumentando.

Mas como referido anteriormente, a análise de regiões macro pode mascarar a realidade. Ou seja, não é verdade que toda a Metade sul é pobre assim como não é verdade que toda a Metade norte é rica. Pois permanecem nas duas regiões bolsões de pobreza e ilhas de prosperidade, e como já referido anteriormente essas ilhas podem apresentar situações dispareas no contexto normal. Ou seja, nas regiões muito pobres podem aparecer unidades muito prósperas e nas regiões com renda per capita alta, podem também aparecer unidades muito pobres, como rochas na topografia de uma ilha.

Já outro estudo encomendado pelo Governo Gaúcho em 2005, com análise de dados dos 24 Coredes⁴ existentes naquela data, referente aos anos 1990-2002, revelou que as Regiões (nesse caso conjunto de municípios que formam um Corede) consideradas líderes no desenvolvimento

⁴ Os Coredes são os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Socioeconômicos, criados em Lei Estadual, que englobam grupos de municípios com características similares e visam promover a discussão regional, com a participação da sociedade e das esferas de governo.

(Serra, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Caí e Vale do Taquari) apresentam maiores potencialidades e índices sociais muito acima da média do Estado, e contribuem com 34% do PIB e com 24% da população gaúcha.

Já os Coredes emergentes (Vale do Rio Pardo e Fronteira Noroeste) apresentaram alto índice de desenvolvimento econômico, mas potencialidades abaixo da média do estado e baixos índices sociais, geram 7% do PIB e abrigam 6% da população. Na outra ponta do estudo, os Coredes considerados aspirantes (Norte, Nordeste, Centro-Sul, Noroeste Colonial e Médio alto Uruguai) apresentam potencial inferior a média do Estado, desenvolvimento a baixo da média, e índices sociais menores que a média gaúcha. Esses Coredes contribuem com 9% do PIB e com 10% da população. E no extremo dos índices de desenvolvimento, os Coredes denominados Incertos (Hortênsias, Campanha, Central, Litoral, Fronteira Oeste, Jacuí Centro, Alto da Serra do Butucarai, Missões e Sul) apresentam os piores índices com relação a média do Estado e contribuem com 21% do PIB e com 30% da população gaúcha.

Assim, esse estudo demonstrou que a pobreza e as desigualdades estão pulverizadas por várias regiões do Estado e não apenas em uma ou outra macrorregião.

Neste sentido, há que se reduzir substancialmente o subdesenvolvimento de algumas regiões do Estado, diminuindo a exclusão e a pobreza familiar e gerando com isso acesso destas populações a cidadania plena. Para ALONSO & AMARAL (2006) não se pode tratar as questões de regiões subdesenvolvidas com ingenuidade, ou seja, achar que só com políticas públicas é possível resgatar famílias da condição de vulnerabilidade econômica e social ou pior ainda, pensar que o livre funcionamento das forças do mercado, com mobilidade de capitais e força de trabalho possam gerar o desenvolvimento necessário. O mesmo

autor afirma que devemos, dependendo da região e das opções coletivas da sociedade, equilibrar a combinação de elementos endógenos e exógenos utilizados para superar o subdesenvolvimento, pois pensar que só uma das formas possa atingi-lo também é um equívoco muito grande.

Outro equívoco grande é promovido diariamente por quase todas as administrações municipais através do incentivo a empresas e criação de distritos industriais com ajuda pública. Esse tipo de atividade tem demonstrado que após um período de 10 anos e de muitos subsídios o subdesenvolvimento permaneceu na maioria dos casos.

Deste modo, para se reduzir as disparidades regionais é importante considerar várias instancias e dimensões. Pois o desenvolvimento é uma tarefa de todos e para todos. Assim a participação social é muito importante, a comunidade participando as chances de sucesso tende a aumentarem.

E para tanto são necessários duas frentes, por um lado, os projetos relativos à capacidade produtiva local, determinada pelo investimento privado, e por outro, as medidas mais diretamente ligadas à capacidade sistêmica, em geral de competência do setor público. Tudo isso sendo tratado de forma integrada entre governos e sociedades (ALONSO & AMARAL 2006).

É comum em quase todos os autores que discutem formas de combater as desigualdades regionais, que além da interação dos poderes públicos estaduais e municipais com a sociedade civil, são necessários também, entre outras coisas, um forte investimento em educação, no que tange a disponibilidade de espaços adequados e de boa produtividade. Essa educação não deve apenas formar para o mercado de trabalho, mas também para o exercício da cidadania, ou seja, não significa

dizer que todo tem acesso à educação, mas sim que essa educação disponível é de boa qualidade.

No trabalho de campo observamos que as cidades ou os espaços urbanizados das regiões pobres na maioria dos casos não são bem cuidados. Isso é outra questão que merece ser trabalhada, a melhoria das condições urbanas das cidades, como ruas limpas, praças bem cuidadas e iluminadas, por exemplo, servem como atrativos para investimentos que podem favorecer o desenvolvimento regional, conforme o Ministério da Integração Nacional em 2012.

E também é claro, o bom uso das finanças públicas locais. Pois a maioria dos municípios situados em regiões empobrecidas possui pouca arrecadação, neste sentido é muito importante o bom uso desses recursos para promover cidadania. Assim, educação de qualidade, embelezamento das cidades e bom gerenciamento são indispensáveis para a reconversão de regiões subdesenvolvidas. Esses são alguns elementos dessa gama variada de componentes que se bem articulados podem promover desenvolvimento equânime nas regiões empobrecidas.

Agroecologia amenizando as desigualdades regionais.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, alguns pesquisadores começaram a formatar o que hoje conhecemos por Agroecologia, essa ciência que também se chama de modelo de produção agrícola sustentável. Nesta época muitas alterações negativas, em especial provocadas pela revolução verde, começaram a ser percebidas nos ecossistemas tanto de países ricos como pobres, e um modelo de produção agropecuário sustentável no tempo e no espaço passava a ser necessário. Uma publicação de referência, neste período é a de GLIESSMAN (2000) *El Concepto de Agroecosistemas*, onde desenvolve uma série de conceitos buscando compreender

e interpretar de forma sistêmica os agroecossistemas. O Autor afirma que os agroecossistemas são unidades de produção, como granjas, fincas, terrenos, chácaras, onde determinados indivíduos interagem entre si e com a natureza presente, ou seja, um ecossistema. Para compreendermos o conceito de agroecossistemas de um sistema de produção de alimentos, precisamos conhecer os fluxos de entrada e saída de energia e suas interrelações. O ecossistema é um sistema de relações complementarias entre os organismos vivos em determinado ambiente e num determinado tempo, onde mantem-se em equilíbrio dinâmico, sempre considerando sua estrutura e suas funções.

Os agroecossistemas estão compostos por fatores bióticos, que são os organismos vivos que atuam no ambiente e fatores abióticos que são os componentes físicos e químicos do ambiente como o solo, a luz, e a temperatura, por exemplo (GLIESSMAN 2000).

Os ecossistemas são formados de forma hierárquica, por indivíduos com características específicas que lhe aportam uma série de componentes tornando-os aptos a viver em determinado tempo e espaço, por populações que são grupos de indivíduos da mesma espécie, onde deve-se compreender os fatores que corresponde ao tamanho e crescimento desta população na perspectiva de entender a capacidade do ambiente de suportar essa população num período de tempo. Diferente dos agrônomos convencionais que se preocupam em determinar a quantidade e distribuição ótima de uma única população num ambiente para garantir maior produtividade (GLIESSMAN 2000).

Nos ecossistemas naturais as populações de diferentes grupos estão misturadas no espaço e no tempo organizando assim uma comunidade, ou um conjunto de indivíduos que interagem entre si. Assim, o nível de interrelações afeta a distribuição e a

abundância das espécies na comunidade (ALTIERI & NICHOLLS 2010).

No mais alto nível de organização esta o ecossistema onde interagem todos os fatores abióticos do ambiente. Deste modo, todos esses quatro componentes do ecossistema podem ser transferidos para uma interpretação dos agroecossistemas, sendo: plantas como indivíduos (organismo), populações de cultivos ou de espécies, comunidades dentro da propriedade e todo o agroecossistema (GLIESSMAN 2000).

O agroecossistema é o resultado da adaptação e das interrelações das populações de espécies que o compõem. E neste sentido, temos que considerar a diversidade de espécies, ou seja: o número de espécies presente numa comunidade que podem ser muitas ou poucas; a dominância e abundância relativa, onde a espécie que possui maior impacto sobre os componentes bióticos e abióticos são as dominantes; a estrutura da vegetação com seus diferentes extratos e associações; a estrutura trófica, onde cada espécie possui suas necessidades de nutrição e a forma como isso se desenvolve determina a estrutura das interrelações, captura de energia, transformação de biomassa e aproveitamento por outra espécie, por exemplo, a estabilidade onde se nenhuma interferência acontece se mantem em relativa harmonia, e o funcionamento dos ecossistemas que se refere ao processo dinâmico que ocorre em seu interior, com ênfase na eficiência, produtividade e desenvolvimento, o que o torna muito importante num agroecossistema. Assim, os dois mais fundamentais processos em um ecossistema são o fluxo de energia entre as partes e o ciclo de nutrientes (GLIESSMAN 2000).

E neste conceito de interações dentro do agroecossistema a agroecologia é a ciência que pode ofertar as respostas de recuperação de áreas agrícolas empobrecidas com respeito ao ambiente e a saúde humana, por exemplo.

A agroecologia na sua essência é gerida por pesquisadores, agricultores, técnicos e associações, no processo de desenvolvimento de territórios rurais pobres e ou marginalizados, assim tende a gerar melhores resultados socioeconômicos, culturais e ambientais. Embora se reconheça que são vários os processos em curso nesse novo mundo rural, o que se deve observar com maior detalhe é o lugar da agroecologia e dos agricultores nessa trama sócio espacial, para que as regiões estagnadas passem a promover a qualidade de vida para os marginalizados.

Nos últimos anos, nos estudos e nas políticas públicas brasileiras, cresceram as referências ao termo Agroecologia. Pois essa se constitui em mais uma expressão sócio-política do processo de ecologização vivenciada nas últimas décadas. Isso a princípio tem sido positivo, pois nos fazem lembrar-se de estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, que promovem a inclusão social e proporcionam melhores condições econômicas aos agricultores familiares. Mesmo que persistam muitas confusões teóricas na compreensão do que é realmente a agroecologia (CAPORAL & COSTABEBER 2002).

No dia a dia de técnicos, burocratas e até mesmo agricultores são comuns às interpretações que vinculam a Agroecologia com uma vida mais saudável, uma produção agrícola dentro de uma lógica em que a Natureza mostra o caminho, uma agricultura socialmente justa, o ato de trabalhar dentro do meio ambiente, preservando-o, o equilíbrio entre nutrientes, solo, planta, água e animais, o continuar tirando alimentos da terra sem esgotar os recursos naturais, um novo equilíbrio nas relações homem e natureza, uma agricultura sem destruição do meio ambiente, uma agricultura que não exclui ninguém, entre outras. Deste modo, o uso do termo Agroecologia nos tem trazido a ideia e a expectativa de uma nova agricultura capaz

de fazer bem ao homem e ao meio ambiente (CAPORAL & COSTABEBER 2002).

Entretanto, mesmo crescendo o uso do termo e a geração de novas pesquisas sobre essa temática, persiste ainda uma profunda confusão no uso do termo agroecologia, gerando interpretações conceituais que, em muitos casos, prejudicam o seu entendimento. E dificultam tratar a agroecologia como a ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável (NICHOLLS & ALTIERI 2002).

Não raro, tem-se confundido a agroecologia com um modelo de agricultura, com a adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas e até com a oferta de produtos limpos ou ecológicos, em oposição àqueles característicos dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Exemplificando, é cada vez mais comum ouvirmos frases equivocadas do tipo: existe mercado para a Agroecologia; a Agroecologia produz tanto quanto a agricultura convencional; a Agroecologia é menos rentável que a agricultura convencional; a Agroecologia é um novo modelo tecnológico. Em algumas situações, chega-se a ouvir que, agora, a Agroecologia é uma política pública ou vamos fazer uma feira de Agroecologia. Apesar da provável boa intenção do seu emprego, todas essas frases estão equivocadas, se entendermos a agroecologia como um enfoque científico. Na verdade, essas interpretações expressam um enorme reducionismo do significado mais amplo do termo agroecologia, mascarando sua potencialidade para apoiar processos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL & COSTABEBER 2003; NICHOLLS & ALTIERI (2002).

Neste artigo entende-se a agroecologia como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para

estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis (CAPORAL & COSTABEBER 2002). Estas afirmações partem dos escritos de NICHOLLS & ALTIERI (2002), que afirmam que a agroecologia constitui um enfoque teórico e metodológico que, lançando mão de diversas disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica. Deste modo, como a agroecologia, utiliza um enfoque sistêmico, adota o agroecossistema como unidade de análise, tendo como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas sustentáveis.

Assim, pode-se afirmar que mais do que uma disciplina específica, a agroecologia se constitui num campo de conhecimento que reúne várias reflexões teóricas e avanços científicos, oriundos de distintas disciplinas que têm contribuído para conformar o seu atual *corpus* teórico e metodológico (GUZMÁN CASADO *et al.* 2000).

A agricultura sustentável, sob o ponto de vista agroecológico, é aquela que, tendo como base uma compreensão holística dos agroecossistemas, seja capaz de atender, de maneira integrada, aos seguintes critérios: a) baixa dependência de *inputs* comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; e) manutenção por longo prazo da capacidade produtiva; f) preservação da diversidade biológica e cultural; g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e h) produção de mercadorias para o consumo interno e para a exportação (GLIESSMAN 2000).

Assim, fica claro que em regiões rurais empobrecidas, em todos os sentidos,

e em especial com solos agricultáveis fracos a agroecologia e a ciência que pode promover a recuperação ambiental e gerar desenvolvimento.

Como afirma NICHOLLS & ALTIERI (2002), a agroecologia proporciona as bases científicas e metodológicas para a promoção de estilos de agriculturas sustentáveis, tendo como um de seus eixos centrais a necessidade de produção de alimentos em quantidades adequadas e de elevada qualidade biológica, para toda a sociedade. Apesar de seu vínculo mais estreito com aspectos técnico-agronômicos (tem sua origem na agricultura, enquanto atividade produtiva), essa ciência se nutre de diversas disciplinas e avança para esferas mais amplas de análise, justamente por possuir uma base epistemológica que reconhece a existência de uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico (a cultura dos homens em coevolução com o meio ambiente).

CONCLUSÕES

Equilibrando o desequilíbrio regional.

Como já reiterado a concentração de pobreza é proporcionalmente maior nas áreas rurais do Brasil e em especial no Rio Grande do Sul. Mesmo sendo um Estado considerado desenvolvido, apresenta várias regiões deprimidas economicamente. E para amenizar e resolver essa situação são necessários à união de forças entre governos e sociedade civil, bem como a implantação de políticas públicas específicas que priorizem as regiões e as famílias em vulnerabilidade socioeconômica.

No meio rural, muitas políticas demandadas pelos movimentos sociais, e que são gestadas pelos burocratas, que às vezes compreendem equivocadamente o que é desenvolvimento e direcionadas há públicos nem sempre conscientes da importância de preservação e recuperação dos ambientes,

são catastróficas, pois degradam ainda mais. Um exemplo disso no Brasil, é que entre 2009 a 2012, 90% dos recursos do PRONAF, reproduz o modelo da revolução verde. E ainda mais, favorecem o grande capital financeiro e as indústrias de máquinas agrícolas que só desenvolvem equipamentos, poluidores, segregadores de mão-de-obra e extremamente caros.

Na sociedade civil desta região pobre estão presentes diversos interesses econômicos e políticos e que baseados na capacidade de mobilização dos grupos sociais, no nível de educação formal e de conhecimento da realidade e das formas de produção, poderão através de políticas públicas adequadas encontraram solo fértil e promover o desenvolvimento sustentável.

Considerando as populações rurais, as políticas que contemplem assistência técnica, com acompanhamento sistemático, fomento produtivo em atividades de segurança alimentar, técnicas agroecológicas, e que priorizem as famílias vulneráveis economicamente de cada município com predomínio de agricultura familiar podem equilibrar economicamente a região.

Cada dia mais as populações dos diferentes países necessitam de mais alimentos, e em muitos casos estão dispostos a adquirir alimentos produzidos de forma sustentáveis. Cresce a cada dia a importância da economia verde tornando-se uma ótima oportunidade estratégica para o desenvolvimento regional no Brasil. País continental que pode produzir, devido a seus biomas, quase a totalidade dos tipos de alimentos demandados.

Outras possibilidades importantes são o desenvolvimento de energias renováveis, o bom uso da grande biodiversidade como soluções sustentáveis no atendimento das enormes demandas brasileiras por moradia, transporte coletivo, saúde e outras, favoreceriam muito o equilíbrio regional.

Algumas regiões vêm crescendo sistematicamente acima da média estadual, e outras estão crescendo abaixo da média. No interior dessas regiões, entretanto, o crescimento é bastante heterogêneo. Crescem, principalmente, algumas ilhas dinâmicas, embaladas pela valorização das commodities no mercado internacional ou estimuladas pelo reforço do mercado interno alimentado pelas rendas provenientes das políticas sociais e dos empregos temporários das grandes obras do PAC, por exemplo.

No Rio Grande do Sul, apesar da forte expansão da demanda, quer seja dos mercados internacionais pelas *commodities*, como as do mercado interno, decorrente de uma melhor distribuição da renda, pelo aumento salarial real e pelas políticas sociais, percebe-se sinais de esgotamento deste modelo produtivo degradante. As indústrias de máquinas e equipamentos continuam concentradas e a limitada capacidade de integração produtiva entre empresas, faz com que boa parte do valor agregado gerado dentro das cadeias produtivas permaneça nas regiões mais densamente industrializadas, situadas muitas vezes no exterior.

Assim, a maioria das rendas geradas e recebidas pelas regiões periféricas, ou semiperiféricas, são em grande parte canalizadas para regiões mais desenvolvidas do País ou do exterior, sob a forma de importações de matérias-primas, insumos, máquinas, equipamentos, bens de consumo duráveis, além das remessas de lucros e poupanças das famílias.

Muitas regiões desequilibradas economicamente do Rio Grande do Sul e promotoras do agronegócio continuam equilibrando as finanças das regiões mais ricas, e com isso o desequilíbrio regional aumenta. O Estado gaúcho possui condições excepcionais, dada à competitividade da cadeia do agronegócio, para atender grande parte da expansão da demanda por alimentos e outras matérias-primas, apesar da crise

momentânea desta última década. Mas deve-se priorizar a agricultura familiar e dentro dessa a produção agroecológica, para que se estanque a degradação ambiental.

Não podemos em detrimento do aumento da renda, continuar degradando os ambientes e gerando uma dependência muito grande de insumos externos, o que canaliza a maior parte da renda gerada para outras regiões. E permanecendo nas regiões desequilibradas a degradação ambiental, as doenças geradas pelo uso intensivo de agrotóxicos e principalmente uma condição de insegurança alimentar e nutricional na maioria da população.

A agricultura familiar produz a maioria dos alimentos e dos postos de trabalho no campo e por isso necessita de políticas públicas, construídas, desde abaixo, que priorizem a produção agroecológica gerando renda e qualidade de vida nas regiões mais pobres. Essas regiões em razão da riqueza e diversidade cultural do Rio Grande do Sul e da grande criatividade de seu povo podem disponibilizar serviços inovadores, como turismo sustentável, produtos típicos, educação para proteção da natureza entre tantos outros.

As regiões em desequilíbrio econômico e social não pode ser vistas apenas como um fator geográfico, mas com seus atores sociais, como elementos vivos, e participantes dos processos de planejamento. Já o Estado deve estabelecer políticas de agroecologia para transformar os impulsos externos de crescimento econômico em desenvolvimento com inclusão social para todos e com isso equilibrado os desequilibrados. O Estado sempre busca tratar os diferentes como iguais, e aqui se entende que os diferentes devem ser tratados como diferentes.

REFERENCIAS

- ALONSO, J. A. F. & R. Q. AMARAL, 2006.** A persistência das desigualdades regionais no RS: velhos problemas, soluções convencionais e novas formulações. *Indicadores Econômicos FEE*, 33 (4):101-114.
- BANDEIRA, P.S., 2007.** Diferenças Regionais Quanto ao Capital Social e Crescimento Econômico no Rio Grande do Sul. In: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/98/5>.
- BECKER, D. & P. S. BANDEIRA, 2003.** Participação social e cidadã no desenvolvimento regional contemporâneo. In: Lübeck, E. & F.M. Schneider, (orgs.). Programa de desenvolvimento integrado e sustentável da mesorregião metade Sul. Santa Maria: Pallotti.
- BOISIER, S., 1989.** Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: Haddad, P. R. (Org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/ETENE.
- CAPORAL F. R. & J. A. COSTABEBER, 2002.** Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável (texto provisório para discussão). Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, Série Programa de Formação Técnico-Social da EMATER/RS. *Sustentabilidade e Cidadania*, texto 5.
- GLIESSMAN, S. R., 2000.** Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.
- GUZMÁN CASADO, G., M. GONZÁLEZ de MOLINA & E. SEVILLA GUZMÁN, 2000.** Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible. Madrid: Mundi-Prensa, 535 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS, 2014.** Estatísticas Nacionais e Informações Regionais. http://downloads.ibge.gov.br/downloads_top.php
- INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA), 2010.** Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea (3).
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2012.** I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, Brasília.
- NICHOLLS, C. & M. ALTIERI, 2002.** Agroecología Teoría y práctica para una agricultura sustentable. Primera edición: 2000, Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. México. DF.
- OLIVEIRA, G. B. de., 2002.** Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da Faculdade de Administração e Economia*, 2(5): 41-48.
- SCHNEIDER, S., 2010.** Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. *Revista Ensaios FEE*, 1(31): 149-186.
- TRENTIN, I. C. L., 2014.** Avaliação e Acompanhamento da Gestão de Políticas de desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul. Tesis de Magíster, Universidad de Antioquia, Medellín, Colômbia. Inédito.
- XAVIER, T. R., R. BENDER FILHO & K. M. VIEIRA, 2014.** Desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: um estudo sobre a influência do Condesus no processo desenvolvimentista da região da Quarta Colônia. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR*, 10 (1): 158-182.